

Projeto amplia combate à lavagem de dinheiro

A Comissão de Justiça aprovou projeto que conceitua de forma mais abrangente as práticas delituosas que permitem caracterizar o crime de lavagem de dinheiro. A norma torna mais fácil fechar o cerco contra os infratores. **4 e 5**

Polêmica na ação do Brasil em Honduras

João Pedro e Marina Silva apoiaram o governo por dar abrigo, na embaixada brasileira em Honduras, ao presidente deposto Manuel Zelaya. Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo e Demostenes Torres fizeram reparos à ação do Itamaraty. **7**

Brasil atrasa a reforma agrária, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem que, embora a violência no campo tenha sido atribuída aos movimentos dos trabalhadores sem terra, o Estado e a sociedade têm parcela de responsabilidade na situação. **6**

Acolhidos projetos que beneficiam trabalhador

A melhoria da rentabilidade do FGTS e o fim da demissão por justa causa do bancário inadimplente foram aprovados pela Comissão de Assuntos Sociais. Outro projeto acolhido dá três dias de folga para trabalhador fazer exames preventivos de câncer. **8**

Mais vereadores e menos despesas com as câmaras



À Mesa, César Borges (E), Michel Temer, José Sarney, Rafael Guerra, Pompeo de Mattos e Arnaldo Faria de Sá

Emenda promulgada pelo Congresso recria 7.343 cargos de vereadores que haviam sido extintos em 2004 pelo Tribunal Superior Eleitoral e, ao mesmo tempo, reduz volume de gastos com câmaras



No Plenário do Senado, parlamentares participam da sessão em que o Congresso promulgou a emenda constitucional

Ao promulgar a Emenda Constitucional 58/09, que amplia o número de vereadores no país e reduz os percentuais máximos de receita que os municípios podem gastar com as câmaras, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que a alteração resulta da “conjugação de esforços de deputados federais e senadores”. O presidente da Câmara, Michel Temer, lembrou que as duas propostas que originaram a emenda passaram por longa discussão naquela Casa, “com legítima pressão dos suplentes de vereadores”.

A promulgação coincide com evento que reuniu mais de 1.500 prefeitos no Auditório Petrólio Portela. Eles pedem o repasse adicional de R\$ 1 bilhão ao Fundo de Participação dos Municípios. O Congresso deve realizar hoje sessão em que poderá votar projeto destinado a compensar os municípios com as perdas de receitas do fundo, do qual depende grande parte dos municípios brasileiros. **3**



Suplentes de vereadores de várias regiões acompanham das galerias do Senado a solenidade de promulgação

Raupp: diversidade pode impulsionar o turismo



Valdir Raupp

“A diversidade é uma das forças motrizes do turismo e pode permitir que todas as nações compartilhem numerosos benefícios derivados do estreitamento dos laços com outros países”, disse Valdir Raupp (PMDB-RO), ao lembrar que no próximo dia 27 transcorrerão os 29 anos de criação do Dia Mundial do Turismo. O tema de 2009 é “Mudanças climáticas: o turismo em busca da ecoeficiência”, destacou o senador.

Raupp também pediu ao governo que encaminhe ao Congresso rapidamente a liberação de mais R\$ 1 bilhão para socorrer as prefeituras. Ele argumentou que, apesar de a economia do país estar voltando ao normal, as perdas do primeiro semestre ainda não foram compensadas.

Osmar Dias cobra planejamento para evitar fome



Osmar Dias

Preocupado com a previsão da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) de que a produção de alimentos terá de dobrar até 2050 para que toda a população mundial possa ser alimentada, Osmar Dias (PDT-PR) defendeu o planejamento como forma de evitar uma catástrofe. Ele sugeriu que os candidatos a presidente e governador comecem a pensar a médio prazo, e não apenas nos quatro anos do mandato a que concorrerão em 2010.

Para o senador, o governo brasileiro, por meio das negociações envolvendo o pré-sal, deve garantir mercado para os produtos agrícolas, o etanol e o biodiesel do país. E também pressiona pelo fim das barreiras comerciais.

Senado extingue limite de crédito em programas de ajuda a estado

Proposta aprovada, que altera resolução da Casa, visa evitar que operações no âmbito de programa emergencial sejam inviabilizadas em razão dos limites de endividamento das unidades federativas

O PLENÁRIO APROVOU na noite de ontem, e vai a promulgação, projeto de resolução do Senado Federal que extingue os limites para operações de crédito contratadas no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal (PEF), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A proposta havia sido aprovada na terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto (PRS 58/09), apresenta-

do pelo senador Tião Viana (PT-AC), altera o artigo 7º da Resolução 43/01 do Senado, que normatiza a autorização de operações de crédito externo e interno para estados e municípios. A intenção do senador pelo Acre ao apresentar a proposição foi evitar que as operações de crédito do PEF não permanecessem restringidas, ou até mesmo fossem inviabilizadas, em razão dos limites de endividamento de que trata a referida resolução.

O argumento de Tião Viana é

que o seu projeto não implicará a contratação de operações à revelia da capacidade de pagamento do tomador, nem contribuirá para o aprofundamento dos desequilíbrios financeiros de estados, municípios e do DF. O senador explica que o texto mantém exigências previstas nas regras do Conselho Monetário Nacional para contratações de empréstimos por entes públicos, dispensando apenas do cumprimento dos limites de endividamento definidos pela resolução do Senado.

Aprovado acordo de cooperação no setor de cobre

Foi aprovado ontem pelo Plenário o Projeto de Decreto Legislativo 500/09, que ratifica o texto dos termos de referência e regras de procedimento do Grupo Internacional de Estudos sobre o Cobre (Giec). O objetivo, segundo os ministérios de Minas e Energia e das Relações Exteriores, é assegurar o aperfeiçoamento da cooperação no setor internacional do cobre e criar fórum para consultas intergovernamentais sobre o produto.

O Executivo explica que o Giec constitui o tripé de organizações das Nações Unidas na área da mineração juntamente com o Grupo Interministerial de Estudos sobre o Níquel e do Grupo Internacional de Estudos sobre Chumbo e Zinco.

Demanda

Atualmente, segundo o Executivo, o Giec conta com 24 membros e serve como fórum de consultas, onde governos, produtores e consumidores têm a oportunidade de discutir problemas e objetivos comuns, visando elevar a demanda por cobre.

Com essas metas, o grupo busca aperfeiçoar os dados disponíveis sobre a produção e o consumo internacional do produto, além de realizar consultas e trocas de informações relativas ao mercado mundial de cobre.

A adesão ao Giec é aberta a todos os países interessados na produção, no consumo ou no comércio internacional de cobre, bem como a qualquer organismo internacional que tenha responsabilidade com relação à negociação, conclusão e aplicação dos acordos internacionais, particularmente sobre *commodities*.



Senadores também aprovaram decretos legislativos ratificando atos internacionais

Prazo para turistas nos países do Mercosul

Projeto de decreto legislativo (PDS 488/09) que ratifica texto do acordo para a concessão de prazo de permanência de 90 dias aos turistas dos países do Mercosul e associados foi aprovado ontem pelo Plenário. O acordo harmoniza os prazos de permanência de turistas nos países do bloco, que, até então, variavam conforme a legislação de

cada um.

Celebrado em Córdoba, em 20 de julho de 2006, o acordo havia sido aprovado pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado. O parecer favorável do relator na CRE, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), foi lido por Flávio Torres (PDT-CE).

Coprodução audiovisual entre Brasil e Índia

Acordo de coprodução audiovisual entre o Brasil e a Índia, celebrado em Nova Déli em 4 de junho de 2007, foi ratificado ontem pelo Plenário, ao aprovar o Projeto de Decreto Legislativo 492/09.

“Trata-se de instrumento que cria condições institucionais para facilitar a cooperação entre os produtores brasileiros e o setor audio-

visual indiano, conhecido por sua expressiva capacidade de produção e de exportação no campo cinematográfico”, diz o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na exposição de motivos.

A matéria teve como relator na CRE Cristovam Buarque (PDT-DF), cujo parecer favorável foi lido por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Comissão do bicentenário da Independência

O Senado aprovou projeto de resolução criando uma comissão especial para tratar das comemorações do bicentenário da Independência, data a ser celebrada em 2022. O texto segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

A proposta (PRS 24/04), de iniciativa do senador Marco Maciel (DEM-PE), objetiva definir e coor-

denar a execução dos eventos do bicentenário.

A comissão será composta pelos presidentes do Senado e da Câmara, além de um senador e um deputado representando cada unidade da Federação. Os recursos materiais e humanos serão providos pelas duas Casas, conforme os artigos 145 e 150 do Regimento Comum.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário comemora Dia do Turismo

Às 10h, sessão especial em comemoração do Dia Mundial do Turismo. Na sessão deliberativa, às 14h, dois projetos de lei de conversão: o de nº 14/09, originário da Medida Provisória 464/09, trata da prestação de auxílio financeiro pela União a estados e municípios; e o de nº 15/09, proveniente da MP 465/09, autoriza subvenção econômica ao BNDES.

Sarney reúne Mesa diretora

O presidente do Senado, José Sarney, dirige às 10h reunião da Mesa; em seguida, participa de sessão especial em comemoração do Dia Mundial do Turismo. Às 11h, recebe o ministro da Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos, e, às 16h, preside a ordem do dia.

Comissão debate desertificação no Ceará

A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC) realiza, às 8h30, audiência pública para debater o tema “Mudanças climáticas e a desertificação no estado do Ceará”. Foram convidados para o debate o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento, Egon Krakhecke; a professora da UFC Marta Celina; e o secretário de Desenvolvimento Agrário, Camilo Santana, entre outros.

Senado Verde discute o Cerrado

O programa Senado Verde promove, no próximo dia 29, no auditório do Interlegis, o seminário “O Cerrado é a nossa casa”. O objetivo é discutir a conservação e o futuro do maior bioma do país. Na abertura, às 9h20, será lançado o Concurso de Fotografias do Legislativo Federal – edição 2009. Além do seminário, haverá a exposição da Embrapa Cerrados, no espaço Senado Galeria, de 28 de setembro a 2 de outubro.

Na CCJ, revogação de mandato por eleitor

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) realiza audiência às 10h para debater a PEC 73/05, que cria referendo revocatório do mandato de presidente da República e de congressistas. Entre os convidados, os cientistas políticos Paulo Kramer e Murilo Aragão.

Miguel Jorge participa de debate na CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza audiência, às 10h, para debater comércio exterior, dificuldades diante da crise financeira, Mercosul e novos mercados. O colegiado vai ouvir o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Miguel Jorge.

Audiência na Comissão do CPP reúne ministros

Os presidentes do STF, Gilmar Mendes, e do STJ, Francisco César Asfor Rocha; o advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli; e o ministro da Justiça, Tarso Genro, participam de audiência pública, às 10h, na Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Penal.

BALANÇO

Sarney elogia encarte do *Jornal do Senado*

O presidente do Senado, José Sarney, elogiou, em Plenário, o encarte publicado pelo *Jornal do Senado* com o balanço dos trabalhos da Casa no primeiro semestre.

– É um trabalho muito bem-feito, isento, com números, no qual se faz uma análise não só da quantidade, mas da qualidade do que aqui votamos em benefício do povo brasileiro.

COMUNICAÇÃO

Inácio pede divulgação de conferência

Inácio Arruda (PCdoB-CE) fez um apelo em Plenário para que os veículos de comunicação do Senado ajudem a divulgar a 1ª Conferência Nacional de Comunicação, a ser realizada em Brasília em dezembro. Será discutido, disse, o papel dos veículos de comunicação e a sua democratização, “para que ela não seja instrumento de meia dúzia de famílias no país”.

PESAR

Cavalcanti comunica morte de Geraldo Leite

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) comunicou a morte, na manhã de ontem em João Pessoa, do ex-desembargador Geraldo Ferreira Leite, vítima de infarto.

– Homem de paciência extraordinária, soube imprimir a sua marca em todos os cargos que ocupou. Um homem de conciliação, que tinha o dom de dialogar com todas as vertentes da sociedade.

INSTITUCIONAL

Agaciel Maia retoma atividades no Senado

O ex-diretor-geral do Senado Agaciel Maia retomou ontem as atividades na Casa, depois de uma licença de três meses. Ele ficará lotado no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Em entrevista, Agaciel reafirmou ser inocente das acusações feitas contra ele, que sofre processo administrativo por suposto envolvimento na não publicação de atos da Mesa diretora.

Propostas aprovadas aumentam número de representantes nos legislativos municipais, recriando 7.343 vagas que haviam sido extintas pelo TSE, ao mesmo tempo em que reduzem o volume de gastos com as câmaras

Congresso promulga emenda que amplia número de vereadores

O CONGRESSO NACIONAL promulgou ontem a Emenda Constitucional 58/09, com base em duas propostas: uma aumenta o número de vereadores do país (PEC 336/09) e outra reduz os percentuais máximos de receita que os municípios podem gastar com a Câmara de Vereadores (PEC 379/09).

As propostas, ambas do Senado, foram aprovadas ontem em segundo turno pela Câmara.

Na ocasião da promulgação da emenda, o presidente da Câmara, Michel Temer, lembrou que as duas propostas passaram por uma longa discussão na Câmara, “com legítima pressão

dos suplentes dos vereadores”.

Já o presidente do Senado, José Sarney, que também preside a Mesa do Congresso, afirmou que a promulgação da Emenda 58 resultou “da conjugação de esforços de deputados federais e senadores”.

Vereadores

A PEC 336 aumenta o número de vereadores dos atuais 51.924 para 59.267, recriando 7.343 cargos de vereadores que haviam sido extintos em 2004, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que estabeleceu o número de vereadores de cada município com base em 36 faixas.

O texto promulgado ontem altera o inciso IV do *caput* do artigo 29 da Constituição federal, instituindo 24 faixas de composição das câmaras de vereadores. A primeira fixa o número de nove representantes para municípios de até 15 mil habitantes, enquanto a última prevê o número máximo de 55 vereadores para cidades com mais de oito milhões de moradores. A emenda constitucional prevê ainda efeitos retroativos para a composição das câmaras, que passaria a valer a partir do processo eleitoral de 2008.

No que se refere aos gastos com as câmaras dos vereadores,

permanecerá o texto aprovado pelo Senado, mantendo-se a regra atual prevista no artigo 29-A da Constituição.

Em vez das atuais quatro faixas percentuais previstas na Constituição, a emenda promulgada divide a população em seis faixas, para ajustar a redução de gastos para o legislativo municipal.

Dos atuais 5.564 municípios brasileiros, a maioria (5.312) tem até 100 mil habitantes. Pela regra atual, podem ser gastos até 8% da receita anual com o legislativo local, que terá, a partir de agora, que limitar suas despesas a 7% das receitas.



Na promulgação da emenda, César Borges (E), Temer, Sarney e Rafael Guerra

PEC dos Vereadores

As novas regras para gastos das câmaras de vereadores passam a vigorar a partir de janeiro de 2010

Faixas de habitantes	Percentuais da receita anual que podem ser gastos com o Legislativo municipal		Quantidade de municípios atingidos pela mudança
	Regra atual da Constituição	PEC dos Vereadores	
Até 100 mil	8%	7%	5.312
De 100 mil e um a 300 mil	7%	6%	174
De 300 mil e um a 500 mil	6%	5%	42
De 500 mil e um a 3 milhões	5%	4,5%	34
De 3 milhões e um a 8 milhões		4%	1
Acima de 8 milhões		3,5%	1
TOTAL			5.564

Fonte: Contagem da população 2007 do IBGE

Congresso pode votar hoje ajuda a municípios



José Agripino

O Congresso Nacional deve realizar sessão hoje para votar o projeto (PLN 62/09) que destina R\$ 1 bilhão para os municípios. O montante compensará parte das perdas dos municípios com a queda da receita do FPM entre 2008 e 2009.

José Agripino (DEM-RN) apresentou ontem requerimento de urgência – assinado por todos os líderes – para que o Congresso aprecie o projeto com agilidade. O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que avaliaria a possibilidade de o Congresso examinar hoje a matéria.

Prefeitos pedem a liberação de R\$ 1 bi

Mais de 1.500 prefeitos reuniram-se no Auditório Petrônio Portela do Senado, em evento organizado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) para pressionar o governo a atender uma série de reivindicações. Eles pedem, por exemplo, o repasse adicional de R\$ 1 bilhão ao FPM. Medida provisória (MP 462/09) nesse sentido já foi aprovada na terça-feira pela Câmara dos Deputados.

Os prefeitos também reivindicam maior repasse de recursos federais para educação e saúde e discutem o novo marco regulatório do pré-sal, o novo parcelamento das dívidas previdenciárias e a tramitação da PEC dos Precatórios.

Rosalba Ciarlini quer rapidez em aprovação



Rosalba Ciarlini

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) solicitou rapidez na liberação dos recursos previstos na MP 462/09. Essa verba, no valor de R\$ 1 bilhão, resultará em mais um repasse às prefeituras – visando compensar a queda na arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A medida provisória já foi aprovada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, mas ainda é necessário aprovar um projeto de lei que permite à União fazer o repasse.

Parlamentares homenageiam centenário da Rede de Educação Profissional



Wilson Vieira, Carlos Custódio, Camata, Marco Maia, Sarney, Haddad, Hélio Costa, Paulo Cezar Pereira e Inácio Arruda

Sessão solene do Congresso comemorou ontem o Dia Nacional dos Profissionais de Nível Técnico e o centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A rede conta com 38 institutos federais em todos os estados. Compareceram à sessão os ministros das Comunicações, Hélio Costa, e da Educação, Fernando Haddad.

No entender de Inácio Arruda (PCdoB-CE), que junto com Paulo Paim (PT-RS) foi o signatário para a realização da sessão especial, as escolas técnicas são

capazes de, além de dar uma profissão aos seus alunos, formar cidadãos conscientes. Ocuparam ainda a tribuna Gerson Camata (PMDB-ES), autor do projeto que instituiu a data comemorativa celebrada ontem; o presidente do Senado, José Sarney; Renato Casagrande (PSB-ES), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Marisa Serrano (PSDB-MS), Cristovam Buarque (PDT-DF), Serys Slhessarenko (PT-MT), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Virgílio lamenta mortalidade infantil no noroeste do AM

A ampliação dos serviços oferecidos por um hospital mantido pelo Exército, em Tabatinga (AM), por meio de um convênio com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), foi sugerida por Arthur Virgílio (PSDB-AM). O objetivo seria o atendimento às crianças indígenas do noroeste do Amazonas, região que concentra altíssimos índices de mortalidade infantil, conforme matéria da *Jornal Nacional*, da TV Globo.

O senador disse que também ficou chocado com imagens de São Gabriel da Cachoeira, município amazense considerado área estratégica de segurança nacional. O senador explicou que o local, que já detinha humilhante índice de mortalidade infantil, deu um salto vertiginoso em 2009 e passou de 51,5 mortes por mil nascimentos para 74,5, "a mesma pauta de paupérrimos países africanos".



Virgílio sugere convênio entre Funasa e hospital do Exército na região

Cristovam defende respeito às faixas de pedestres

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu "a manutenção das faixas de pedestres de Brasília", referindo-se à prática de automóveis pararem para permitir a passagem de pedestres. O senador disse ser contra a substituição de faixas por semáforos, pois a medida "resultaria na submissão a uma ordem externa, proveniente do Estado, em contraste com o respeito mútuo que há nas faixas". Segundo Cristovam, "muitos brasileiros que vêm à capital se surpreendem ao verem que, ao levantar o braço, os carros param imediatamente", o que é resultado de "um longo processo de educação", iniciado quando ele era governador do Distrito Federal.

— A concepção de Brasília vai contra o Dia Mundial sem Carro [que foi celebrado na terça-feira], mas foi nesta cidade que surgiu um dos maiores gestos de cidadania em relação ao trânsito.



Cristovam lembra o Dia Mundial sem Carro, comemorado na terça-feira



Flávio Torres quer destinar cargos só para servidor público de carreira

Paim ressalta o papel da internet

Paulo Paim (PT-RS) destacou a importância da internet para a interação da classe política com a sociedade. O senador disse que começou a participar da rede mundial de computadores há alguns anos e aos poucos foi descobrindo a sua importância para a discussão dos mais variados temas, como o petróleo do pré-sal e o fator previdenciário, usado no cálculo das aposentadorias.

Paim informou que recebe uma média de mil mensagens por dia de internautas de todo o país. E informou que já dispõe de um *blog*, dois perfis no Orkut e um *microblog* no Twitter. O senador também mencionou o Alô Senado, serviço por meio do qual a Casa procura estreitar o contato com a população, pelo telefone 0800 61-2211.

Parecer favorável a projeto de CPI

Magno Malta (PR-ES) informou que Aloizio Mercadante (PT-SP) vai apresentar, quarta-feira, na CCJ, relatório favorável ao projeto que altera os prazos para prescrição de crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes. A proposição (PLS 234/09) foi apresentada pela CPI da Pedofilia, presidida por Malta. A proposta foi batizada de Joana Maranhão em homenagem à nadadora brasileira que denunciou seu ex-treinador por abuso sofrido na infância, mas o crime já havia prescrito.

"Marajó continua sem luz elétrica"

Mário Couto (PSDB-PA) disse que a lamparina continua sendo usada pela população da Ilha de Marajó (PA), embora o presidente Lula, que esteve em visita recente à região, tenha prometido em sua campanha eleitoral levar a luz da Hidrelétrica de Tucuruí às residências e estabelecimentos locais.

— Até hoje nem plano, nem projeto, nem coisíssima alguma. Não se fala mais — afirmou.

O senador lamentou ainda que Lula tenha emprestado US\$ 1 bilhão para Angola e não tenha destinado o mesmo valor para os empresários interessados em investir em turismo na ilha.

Mário Couto ainda propôs a realização de uma vigília pela aprovação, na Câmara dos Deputados, de projetos que beneficiam os aposentados.

Polo de Manaus reduziu desmatamento

O desenvolvimento econômico proporcionado pelo Polo Industrial de Manaus levou à redução, entre 2002 e 2007, de 70% do índice de desmatamento no estado do Amazonas. Essa conclusão de estudo sobre a Amazônia poderá ser apresentada à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças no Clima, a ser realizada em dezembro, na Dinamarca. O anúncio foi feito ontem pela vice-presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, deputada Vanessa Grazziotin (PCDoB-AM).

Conforme proposta, passará a ser tipificado como crime ocultar ou dissimular natureza, origem, localização, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores oriundos de infração penal

CCJ acolhe reajuste salarial de ministros

Dois projetos de lei da Câmara (PLCs 166/09 e 167/09) que reajustam os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do procurador-geral da República foram aprovados ontem, de forma terminativa, pela CCJ. Os salários mensais dos ministros e do procurador-geral terão reajuste de 5%, a contar do dia 1º deste mês, e mais 3,88%, a partir de 1º de fevereiro de 2010.

O reajuste de 5% aumentará os salários dos ministros do STF e do procurador dos atuais R\$ 24.500 para R\$ 25.725, um aumento de R\$ 1.225 este ano. Esse salário é o mais alto do poder público e serve de parâmetro para estabelecer o teto de remuneração dos servidores públicos. A soma total dos reajustes elevará o salário dos ministros e do procurador para R\$ 26.723,13 em fevereiro do próximo ano.

O impacto financeiro anual no Poder Judiciário, com o reajuste acumulado de 8,88%, será de R\$ 189 milhões. Já no MPU, o impacto desse reajuste, também anual, a partir de 2010, será de R\$ 94 milhões.

Aprovada criação de 249 cargos no Executivo

A criação de 249 cargos em comissão do grupo-direção e assessoramento superior (DAS) foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria (PLC 17/09) foi aprovada de forma terminativa pela comissão, onde foi relatada por Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Do total de cargos, 164 serão criados no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e os outros 85 serão abertos na Fundação Nacional do Índio (Funai).

O projeto é de iniciativa do presidente da República e já foi aprovado pela Câmara. O Executivo alega que o ministério planeja uma reestruturação organizacional, com necessidade de ampliar seus quadros, e a Funai precisa adequar sua estrutura para poder desempenhar suas funções na área indígena com mais agilidade e eficiência.

O impacto orçamentário da criação de cargos na Funai, segundo o Executivo, é estimado em R\$ 1,4 milhão este ano, enquanto no ministério o valor é de R\$ 10,3 milhões.

Interpol poderá pedir extradição de estrangeiro

Projeto aprovado pela CCJ amplia o combate à lavagem de dinheiro

PROJETO QUE CONCEITUA de forma mais abrangente as práticas delituosas que permitem caracterizar o crime de lavagem de dinheiro, tornando mais fácil fechar o cerco contra os infratores, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Pelo substitutivo do relator, senador Romeu Tuma (PTB-SP), passará a ser tipificado como crime ocultar ou dissimular natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.

De acordo com a legislação em vigor

(Lei 9.613/88), esses bens, direitos ou valores seriam provenientes apenas de uma lista limitada de delitos, como tráfico ilícito de drogas, terrorismo e seu financiamento, contrabando ou tráfico de armas, assim como os crimes contra a administração pública. Com o novo texto (PLS 476/03), de iniciativa de Gerson Camata (PMDB-ES), será considerada como antecedente à lavagem de dinheiro qualquer infração penal que gere proveito.

Na lista de crimes hoje existentes, esclarece Tuma, estão excluídas, por exemplo, contravenções penais, como os jogos de azar e loterias não autoriza-

das. Por meio desses jogos, diz o senador, são obtidas rendas que podem ser introduzidas no sistema financeiro sem risco de incriminação, apesar do seu alto potencial de lavagem de dinheiro. As alterações, acredita ele, colocarão o país em novo patamar para enfrentamento desse grave problema.

— O Brasil estará entre os países que possuem a chamada terceira geração de leis de combate à lavagem de dinheiro — comemora Tuma.

Como o projeto de Camata tramita em caráter terminativo, o substitutivo terá novo turno de votação na CCJ. Se mantida a aprovação, seguirá logo

para exame na Câmara, caso não haja recurso para exame pelo Plenário.

Fiança

A proposta também estabelece a fiança no caso de lavagem de dinheiro, e estipula que o valor deve ser o da estimativa do montante envolvido na prática criminosa. Atualmente, os crimes da Lei de Lavagem de Dinheiro não permitem fiança. Com isso, avalia Tuma, perde-se a oportunidade de recuperar o que se desviou dos cofres públicos e atenuar as consequências dos crimes contra o sistema financeiro nacional e contra a administração pública.



Presidência por Demostenes Torres (esq., ao lado de Francisco Dornelles), CCJ aprovou ontem em decisão terminativa projetos que aperfeiçoam normas da administração e da segurança pública

Gastos com publicidade oficial devem ter limites

Os limites para os gastos com publicidade oficial foram definidos em projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. Pelo texto, de autoria de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), as despesas não poderão ultrapassar, a cada ano, os seguintes percentuais sobre o que foi gasto no exercício anterior: 0,1% no caso da União; 0,3% para estados e Distrito Federal; e 0,5% no caso dos municípios. Os limites não se aplicam aos gastos com publicações obrigatórias de caráter fiscal, como editais, balanços e avisos. A determinação deverá constar como dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

No debate sobre a matéria (PLS 248/05 — Complementar), Aloizio Mercadante (PT-SP) manifestou posição contrária, alegando, entre outras razões, o fato de a proposta não prever punição para quem burlar as regras sugeridas, o que, a seu ver, as tornaria "inócuas". O presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), explicou que o debate será reaberto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que examinará o texto em decisão terminativa. O relatório foi apresentado por Wellington Salgado (PMDB-MG), em substituição a Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Novas modalidades de conduta abusiva

Agente público que retardar ou deixar de prestar serviço de sua competência, sem justo motivo, ficará sujeito a processo de responsabilidade administrativa, civil ou penal. É o que prevê proposta de Demostenes Torres (DEM-GO) aprovada ontem pela CCJ. O projeto (PLS 171/07) define novas condutas abusivas por parte de autoridades e foi examinado em decisão terminativa, devendo agora ir a exame na Câmara, se não for apresentado recurso para votação em Plenário. O relatório, pela aprovação, foi preparado por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

A CCJ também aprovou projeto (PLS 372/07) de Renato Casagrande (PSB-ES) que autoriza a União a criar a Escola Nacional de Segurança Pública e Proteção Social. Entre outros objetivos, a unidade terá a função de modernizar os conceitos de segurança pública, tornar mais rigorosa e científica a formação dos servidores do setor, uniformizar programas e currículos das academias, desenvolver pesquisas e dedicar-se ao aperfeiçoamento da gestão da segurança no Brasil. A proposta foi relatada por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), em substituição a Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Trabalho temporário no campo gera divergência

Representantes da Justiça e da Procuradoria do Trabalho, dos empresários do campo e dos trabalhadores rurais dividiram-se acerca do projeto do então senador Ramez Tebet que permite a utilização do trabalho temporário na área rural. A audiência aconteceu ontem na CCJ, sob a presidência de Kátia Abreu (DEM-TO), relatora da matéria.

Dos seis expositores, quatro, inclusive o representante do Ministério do Trabalho e Emprego, manifestaram-se contrários à iniciativa de permitir a contratação temporária, por meio de terceirização, de empregados rurais. O principal argumento levantado por eles foi de que o país não precisa de um novo documento legal que fragilize ainda mais as relações trabalhistas no campo. Já os dois convidados favoráveis à proposição alegaram que a medida representa a regularização de uma situação que já existe de fato e é condizente com a modernização das relações de trabalho no meio rural.

O projeto (PLS 171/04) já foi aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e ainda será analisado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais.

Toffoli será sabatinado na próxima quarta

O advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, indicado à vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), será sabatinado na próxima quarta-feira pela CCJ.

No relatório de Francisco Dornelles (PP-RJ), discutido ontem na CCJ, o senador destacou, quanto à atuação profissional de Toffoli, que, à frente da Advocacia-Geral da União (AGU), ele foi responsável pela criação da Ouvidoria-Geral e pela instituição da Câmara de Conciliação e Arbitragem.

Aloizio Mercadante (PT-SP), Wellington Salgado (PMDB-MG) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defenderam o indicado. Para Mercadante, "Toffoli estabilizou a AGU, ganhou causas que resultaram em mais de R\$ 30 bilhões aos cofres da União, foi responsável pela manifestação jurídica em 3.284 processos como advogado-geral". Já Alvaro Dias (PSDB-PR) disse considerar que Toffoli não tem as qualificações necessárias para o cargo, e que "as indicações do Executivo não podem ser premiação àqueles que são alinhados ao governo".

Projeto proíbe jateamento de areia a seco

Foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta com o intuito de proibir em todo o território nacional o uso de sistemas de jateamento de areia a seco e determinando a substituição da técnica por outra que não cause poluição nem represente riscos à saúde.

A proibição reduzirá a exposição de trabalhadores, como os da construção civil, à sílica, mineral que é um dos principais causadores da doença chamada silicose.

A medida foi aprovada na forma de substitutivo a projeto (PLC 22/02) do então deputado Carlito Merss, que, na justificativa, citou pesquisa realizada pelo Serviço de Saúde do Trabalhador na Secretaria Municipal de Saúde de Joinville (SC), revelando que 33,3% dos trabalhadores de empresas que usam o jateamento de areia a seco estavam com silicose.

A proposta, aprovada em 2003 pela CAS, foi relatada na CCJ por Renato Casagrande (PSB-ES) e agora segue para o Plenário.



Jarbas defende reformulação do SUS ao invés da criação de contribuição

Jarbas Vasconcelos diz que votará contra nova CPMF

As propostas do governo federal de criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS) e de nova taxação das cadernetas de poupança com saldos superiores a R\$ 50 mil foram classificadas de "absurdas" por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

O parlamentar afirmou que as despesas com custeio do governo federal subiram 99,7% entre 2003 e 2008, o que, em sua opinião, demonstra "o caráter esbanjador" e a "compulsão por gastos inúteis" do governo Lula. Jarbas disse que a CCS é uma nova Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), e que, quando esta foi extinta pelo Senado, os governistas afirmavam que o Brasil iria entrar em colapso sem os recursos oriundos dessa contribuição, o que não ocorreu.

Para o senador, o Sistema Único de Saúde (SUS) necessita de urgente reformulação.



Colombo: governo deveria controlar gastos e distribuir melhor a arrecadação

Colombo é contra aumentar taxaço da poupança

É totalmente inaceitável, segundo Raimundo Colombo (DEM-SC), a proposta do governo de taxar em 22,5% os rendimentos da poupança a partir do ano que vem.

— É impressionante como é incontrolável a vontade arrecadadora deste governo que, no entanto, não se preocupa em controlar os gastos e distribuir melhor o que arrecada — disse.

O senador lembrou a crise das prefeituras causada pela queda nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e disse que, devido à crise financeira internacional, o governo decidiu isentar vários produtos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o que teve como consequência a queda na arrecadação de tributos que integram o FPM. Para ele, porém, essa situação não pode ser solucionada pelo aumento dos impostos.

Três comissões realizaram audiência sobre proposta que reestrutura sistema de repressão às infrações contra a ordem econômica e muda regras para grandes fusões

Nova defesa da concorrência recebe apoio de debatedores

NOVE ESPECIALISTAS E representantes do governo defenderam a aprovação de uma proposta de reestruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Os palestrantes debateram o projeto de lei da Câmara (PLC 6/09) que estrutura o sistema e trata da prevenção e da repressão às infrações contra a ordem econômica.

O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Arthur Badin, afirmou que o projeto introduz as melhores práticas que se verificam no âmbito internacional. Entre elas, ressaltou a unificação da análise de processos num único órgão, o próprio Cade. Outra importante inovação, segundo ele, é a análise prévia dos processos que envolvam fusões e aquisições, que somen-

te poderão ocorrer depois de autorização do Cade.

Outros dois expositores concordaram com as ponderações do presidente do Cade. A secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Mariana Tavares, reiterou que as principais linhas da proposta obtiveram consenso de todos os especialistas na área. O secretário-adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Rutelly Marques, enfatizou que o projeto "propicia redução de custo para as empresas e para o setor público".

A principal sugestão do diretor de Concorrência do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (Ibrac), Tito Amaral de Andrade, foi sobre a forma

como serão feitas as nomeações para cargos previstos no projeto. Andrade acredita que essas indicações devem passar pela aprovação do Senado.

A concentração de poderes nas mãos da superintendência-geral, órgão previsto no projeto, foi criticada pelo procurador Regional da República da 1ª Região Antônio Augusto Brandão de Aras e pelo representante da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência da OAB/MG, João Bosco Leopoldino Fonseca.

A audiência foi realizada pelas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).



Para Sarney, investigar o MST não solucionará problema da distribuição fundiária

Brasil ainda não superou a injustiça no campo, diz Sarney

Em pronunciamento em Plenário, o presidente do Senado, José Sarney, chamou a sociedade a uma reflexão sobre a situação fundiária no Brasil, assinalando que o país tem atrasado o processo de reforma agrária. Ele afirmou que, embora a violência no campo venha sendo atribuída aos movimentos dos trabalhadores sem terra, o Estado e a sociedade têm parcela de responsabilidade na situação atual.

– Não modernizamos nossos métodos, não atualizamos nossas leis, não fomos capazes de superar a imensa injustiça existente no campo. Somos todos nós, se não culpados, responsáveis, e sabemos que os sem terra são vítimas de permanente frustração de sua esperança de poder ter um pequeno pedaço de terra para produzir.

Sarney salientou que, se o Brasil foi capaz de criar uma agricultura com tecnologia de ponta, hoje decisiva para o desenvolvimento do país, não há por que não resolver a questão fundiária. Apontou, também, o potencial de crescimento do confronto envolvendo os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as pastorais da terra.

– É um erro olhar o problema dos sem terra pelo lado penal, criminalizá-los. Os excessos devem ser punidos, bem como o desrespeito à propriedade. Temos que evitar o confronto e não demonizar o MST.

Sarney, que criou o Ministério da Reforma Agrária quando presidiu o país, disse que é preciso reconhecer o compromisso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a solução do problema. No entanto, disse, sua determinação e seus esforços têm sido insuficientes.

O senador lembrou discurso que fez quando era presidente da República, há mais de 20 anos, em que afirmava que "as-

segurar a propriedade da terra não é apenas ato de reparação, mas também decisão política que atende às carências do presente e previne as necessidades do futuro".

– Desde o discurso que citei, o que mudou? Naquele tempo, 1% das propriedades rurais representavam 45% da área rural. Hoje, 1,6% dos proprietários controlam 47% da área rural. É uma mudança muito pequena. É um fracasso.

Função social

Sarney ressaltou que há muito o que fazer, como a regularização fundiária e a revisão das normas que indicam o que é terra produtiva. É preciso, acrescentou, dar prioridade ao conceito de função social da terra.

O presidente do Senado apontou como notável o trabalho de organização do MST. E lamentou que os casos de violência ocultem a realidade de que seu trabalho é, na maioria dos casos, pacífico, voltado para a educação do homem do campo e de consolidação familiar.

Segundo o senador, 370 mil famílias foram assentadas por meio do MST, 90 mil estão em acampamentos da organização e mais de 400 associações e cooperativas trabalham para produzir sem transgênicos e agrotóxicos, sob sua orientação. O movimento apoia 96 agroindústrias, viabilizou em torno de 2 mil escolas com 10 mil professores, alcançando 300 mil estudantes, disse.

Sarney acrescentou que investigar o MST não contribuirá para a solução do problema da distribuição fundiária e da política agrária.

– Se já perdemos a batalha urbana, não podemos perder a batalha rural. Essas populações do campo, acudadas, marcharão para a violência – como já ocorre em vários países da América Latina –, como a guerrilha e o terrorismo – alertou.



Augusto Aras (E), Mariana Tavares, Ronaldo Sardenberg, da Anatel, senador Renato Casagrande e Arthur Badin em debate

Senadores querem clareza sobre atuação do Cade

Senadores que participaram ontem de audiência pública para discutir proposta que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência disseram que o debate foi importante para embasar o relatório das cinco comissões do Senado que deverão emitir parecer sobre o assunto.

– Trata-se de um projeto muito importante porque esclarece claramente a relação do Cade [Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor] com os demais órgãos e procura ainda definir com clareza a função de cada um – afirmou o senador Renato Casagrande (PSB-ES), presidente da CMA.

Já o senador Wellington Salgado (PMDB-MG), relator da matéria na CCT, disse que vai estudar todas as sugestões

apresentadas e marcar reunião com cada um dos especialistas e autoridades convidados a participar do debate na busca de um texto de consenso para o relatório.

O presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), que presidiu a primeira parte dos debates, considerou que a grande preocupação em relação ao projeto é que o Cade interfira demasiadamente nas atribuições das agências reguladoras.

– A criação das agências foi uma inovação importante na defesa dos direitos do consumidor. Queremos que dessa discussão saiam fortalecidos o Cade e também as agências – observou.

Para o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), não há nada mais "conspiratório" contra o

progresso e o desenvolvimento do que a concentração de poder e renda.

– Não vejo nada mais importante do que aprovar esse projeto, que permite a desconcentração de poder e renda – enfatizou.

Já Paulo Duque (PMDB-RJ) lembrou que o Cade, quando foi criado, não tinha um papel relevante, mas hoje é um órgão de fundamental importância para a sociedade.

– Queremos que o Cade tenha a importância que merece e não fique na plena burocracia, como outrora – afirmou o senador.

O projeto será apreciado pelas três comissões que realizaram o debate – CMA, CCT e CI – e pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Inácio Arruda • Papaléo Paes • Flávio Torres • Romeu Tuma • Eduardo Azeredo • Heráclito Fortes

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Itamaraty acompanha reassentamento de brasileiros que vivem na Bolívia

A questão dos brasileiros que terão de deixar as terras da faixa de fronteira do Departamento de Pando, na Bolívia, está na pauta do Itamaraty como prioritária, garantiu o diretor do Departamento das Comunidades de Brasileiros no Exterior do Ministério das Relações Exteriores, Eduardo Gradilone Neto, aos senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Gradilone informou que no próximo dia 28 a Organização Internacional para as Migrações



Senadores Mesquita Júnior e Flávio Torres assistem à exposição de Gradilone

(OIM), que presta cooperação técnica aos dois países para o reassentamento de famílias

brasileiras, apresentará resultado do levantamento sobre o número de famílias – que deve

ser em torno de 500 – a serem beneficiadas pelo projeto e sobre quem tem a intenção de continuar na Bolívia (em outra região) ou voltar ao Brasil.

Com base nesses dados, a OIM deverá propor uma alteração no cronograma, que previa para novembro próximo a apresentação dos projetos que serão oferecidos aos brasileiros. A proposta de transformação da expulsão dos brasileiros da fronteira em reassentamento decorreu de orientação do chanceler Celso Amorim. Gra-

dilone registrou que recursos da ordem de R\$ 20 milhões foram aprovados pelo Congresso para esse reassentamento, que será feito pela OIM, que conta com mais de uma centena de Estados-membros.

Como lembrou Eduardo Gradilone, a situação dos brasileiros complicou-se em 2006, quando o presidente da Bolívia, Evo Morales, decidiu implementar norma constitucional pela qual estrangeiros não podem ocupar terras na faixa de 50 quilômetros da fronteira.

June Anício



Zela (E), embaixador do Peru, entrega a Sarney documento de Alan Garcia

Presidente peruano teme corrida armamentista

O embaixador do Peru no Brasil, Hugo de Zela, entregou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, documento em que o presidente Alan Garcia propõe um pacto de não agressão entre os países da União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

A preocupação do presidente peruano, de acordo com o relato do embaixador, é com a possível corrida armamentista que vem caracterizando as compras de equipamentos bélicos por países sul-americanos. Na opinião de Alan Garcia, esse é um dinheiro que poderia estar sendo aplicado no desenvolvimento desses países.

Hugo de Zela também afirmou que Garcia gostaria que o presidente do Senado brasileiro conhecesse essa proposta, “porque conhece a coincidência de interesses que tem com José Sarney nesse assunto”.

Sarney: governo está correto em dar abrigo a Zelaya

O presidente do Senado, José Sarney, manifestou apoio à posição do governo brasileiro de dar abrigo, na embaixada em Tegucigalpa, ao presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya. Sarney disse que é preciso evitar o retorno dos tempos em que se depunham governantes na América Latina.

– Eu acho que o governo brasileiro está correto. E o presidente Manuel Zelaya está encarnando um símbolo de resistência para que se evite que, no continente, voltem aqueles tempos de deposição de presidentes.

Informado de que a Câmara dos Deputados estuda o envio de um grupo parlamentar a Honduras devido ao acirramento da crise naquele país, José Sarney afastou a ideia de enviar também senadores.

Senadores divergem sobre atuação do Brasil frente à crise em Honduras

A permissão para que o presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, se abrigasse na embaixada brasileira foi tema de cinco discursos de senadores em Plenário ontem. A oposição criticou o nível de envolvimento da diplomacia brasileira na questão, enquanto governistas destacaram o papel do Brasil na defesa da democracia na América Latina. A

volta de Zelaya a Honduras e seu abrigo na embaixada suscitaram uma série de conflitos entre as forças de segurança e seguidores do presidente deposto, dos quais resultou, até ontem, uma morte confirmada. As autoridades decretaram toque de recolher desde a tarde de segunda-feira, suspenso ontem por algumas horas para que a população pudesse comprar alimentos.



Movimento em defesa da vida de presidente deposto

João Pedro (PT-AM) recomendou que seja empreendida uma “articulação política internacional” para defesa da vida do presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, que está abrigado na embaixada brasileira naquele país. Tal medida, alertou o senador, seria uma consequência da decisão dos atuais dirigentes de Honduras de não obedecer, como país membro da Organização dos Estados Americanos (OEA), as recomendações desse organismo diante da crise.

Ao apoiar a posição do governo brasileiro de exigir o retorno da regularidade democrática a Honduras, João Pedro disse considerar a situação “gravíssima” e concordou com a decisão dos senadores da Comissão de Relações Exteriores de aprovar requerimento condenando o cerco militar à embaixada brasileira, ocorrido no começo desta semana.



Lula entra em questão de soberania alheia

Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou a forma como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apoiou o presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, que está abrigado na embaixada brasileira em Tegucigalpa. Na avaliação do senador, o presidente Lula não deveria ter entrado na questão, que diz respeito à soberania daquele país.

– Não está em jogo aqui, nem jamais esteve, a situação pessoal do senhor Zelaya. O que se discute é a maneira como o Brasil entrou numa questão e está permitindo que seu espaço físico, que é o espaço protegido por convenções, sirva de palanque para o retorno do senhor Zelaya – afirmou Demostenes.

Ele disse estranhar a defesa que o governo brasileiro faz de Manuel Zelaya, quando se omitiu no caso dos dois atletas cubanos que foram deportados para seu país em 2007.



Uso político de embaixada é inaceitável

Presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que a embaixada brasileira em Honduras não pode ser invadida por tropas daquele país nem utilizada politicamente por Zelaya.

– Manifesto meu repúdio a qualquer ameaça à integridade da embaixada, que é um pedaço do Brasil – assinalou.

O senador também declarou não ser aceitável que Zelaya dê entrevistas e “busque uma atuação política” enquanto estiver abrigado na embaixada. Azeredo considerou que, a rigor, o Brasil não concedeu asilo, “pois isso só acontece quando alguém vai a uma embaixada e, a partir dali, dirige-se ao país de origem [da embaixada]”.

Flávio Arns (sem partido-PR), Alvaro Dias (PSDB-PR), José Agripino (DEM-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) apoiaram o discurso de Azeredo.



Embaixada virou “comitê eleitoral” a favor de Zelaya

Demostenes Torres (DEM-GO) criticou o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, por, segundo ele, autorizar a transformação da embaixada brasileira em Tegucigalpa em “comitê eleitoral pró-retorno de Manuel Zelaya à Presidência de Honduras”.

O senador disse que o chanceler convenceu o presidente Lula a usar a Assembleia Geral da ONU, iniciada ontem, para pedir a volta de Zelaya com o argumento de que “o tempo e o espaço não aceitam mais ditaduras”, embora o presidente defendeu “a mais duradoura ditadura das Américas, a de Cuba”.

– Ou seja, Zelaya tem de voltar ao poder porque instalou-se um regime de exceção em Honduras. E o presidente Barack Obama está errado em manter o embargo a Cuba porque os irmãos Castro são estereótipos de democracia – ironizou.



MARINA SILVA

PV manifesta apoio a posição do governo brasileiro

Marina Silva (PV-AC) registrou o apoio de seu partido à atitude do governo brasileiro, a qual classificou como “corajosa”, de dar abrigo, em sua embaixada em Tegucigalpa, ao presidente deposto de Honduras. A senadora também criticou as rela-

ções à embaixada brasileira, que chegou a ter a energia e a água cortadas.

– O Partido Verde defende integralmente todos os esforços, no sentido de que haja uma negociação adequada, para que possamos reconstituir o proces-

so democrático. E repudia toda e qualquer forma autoritária de desconstruir aquilo que é a vontade da sociedade, que legitimamente tem o direito de escolher os seus dirigentes e os seus representantes – disse Marina Silva.

J. Freitas



Senadores Flávio Arns (C) e Rosalba Ciarlini (em pé), com participantes de debate

Especialistas pedem prioridade a educação infantil

Programas de educação infantil devem integrar ações em diversas áreas, como saúde, assistência social e segurança, funcionando sempre próximos às comunidades atendidas. Além disso, os municípios devem receber mais recursos para investimento no setor, já que eles têm a maior parte da responsabilidade com a educação infantil.

Essas observações foram feitas

por especialistas que participaram ontem de audiência pública, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que discutiu o projeto (PLS 698/07) da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que cria o Programa Nacional de Educação Infantil para Expansão da Rede Física (Pronei).

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Carlos

Eduardo Sanches, sugeriu que o poder público assumira a responsabilidade pela educação infantil no país e não faça a terceirização dessa atribuição.

Na opinião da especialista em educação infantil e professora da Universidade de Brasília (UnB) Maria de Fátima de Souza, o Pronei pode "mudar o rumo da história da criança brasileira".

Comissão aprova projetos que protegem trabalhador

Propostas visam melhorar rentabilidade do FGTS, impedir demissão por justa causa de bancário inadimplente e permitir ausência para realização de exames médicos

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou três propostas para ampliar a proteção ao trabalhador. A primeira, de César Borges (PR-BA), melhorará a rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ao dispor que os resultados das aplicações nesse fundo deverão ser repartidos, igualmente, entre os detentores das contas e o gestor do fundo, ou seja, a Caixa Econômica Federal.

Na justificativa do PLS 301/08, César Borges afirma que dados extraídos da empresa e dos relatórios de gestão do FGTS

levam a crer que a situação atual é marcada por uma excessiva carga de despesas administrativas.

– A proposição caminha para melhorar, decisivamente, a remuneração dos depósitos dos trabalhadores – destacou.

A segunda proposição aprovada para beneficiar o trabalhador diz respeito à revogação da cláusula da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que permite a rescisão de contrato de trabalho por justa causa do bancário que estiver inadimplente em relação a suas contas.

Para o relator do PLC 46/08,

senador Paulo Paim (PT-RS), essa cláusula é injusta e contraproducente uma vez que, "se o bancário for demitido, será ainda mais difícil que consiga quitar seus débitos", afirmou.

A CAS acolheu uma terceira matéria (PLC 158/08) para beneficiar o trabalhador, ao permitir sua ausência do serviço sem prejuízo de sua remuneração por até três dias úteis para realização de exames preventivos de câncer, devidamente comprovados por atestados médicos.

As três matérias aprovadas vão ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Marcio Kallume



Cristovam Buarque preside reunião da CDH que aprovou mudança no ECA

Punição para quem violar segredo de investigação de paternidade

Divulgar em meios de comunicação prova ou documento válido para os procedimentos judiciais de investigação de paternidade ou protegidos por segredo de Justiça, colocando criança, adolescente ou gestante em situações constrangedoras ou vexatórias – em consequência da discussão sobre a identidade do suposto pai –, pode se tornar crime. É o que estabelece projeto aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A relatora, Fátima Cleide (PT-RO), apresentou texto alterna-

tivo ao PLS 81/05, que pretende "resguardar a privacidade, a dignidade, a honra e a imagem do menor". A proposta modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para punir, com pena de prisão de três a oito anos, o agente que revelar prova ou exibir documento de investigação de paternidade.

A matéria, proposta pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), já foi aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e segue para as de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Devedor de pensão alimentícia pode entrar em cadastro

A CDH aprovou proposta que autoriza o Poder Executivo a criar o Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares (CPCOA), para a inscrição do nome dos devedores de pensão alimentícia estabelecida judicial ou extrajudicialmente.

Pelo texto substitutivo do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) ao PLS 405/08, proposto por Eduardo Suplicy (PT-SP), o inscrito no cadastro não poderá ser nomeado para cargo, emprego ou função públicos, participar de licitações, contratar com o poder público ou dele receber qualquer benefício. Para sair do cadastro, o devedor deve quitar a dívida ou iniciar o pagamento parcelado.

Recursos para reabilitação profissional

Projeto (PLS 37/08) do senador Tião Viana (PT-AC) com intuito de favorecer a reabilitação profissional das pessoas com deficiência e do trabalhador incapacitado para o trabalho foi aprovado ontem pela CDH.

O texto transfere ao Ministério da Saúde os recursos provenientes de multas aplicadas às empresas que não cumprem a determinação legal de empregar pessoas portadoras de deficiência.

A relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), afirmou ser "fundamental garantir recursos para a realização de ações de habilitação e reabilitação profissional".

J. Freitas



Na Comissão de Assuntos Sociais, Roberto Cavalcanti (E), Fátima Cleide, Lobão Filho, Eduardo Azeredo e César Borges

Turmas de até 30 alunos na educação infantil

Foi aprovada ontem pela CAS alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para incluir proposta limitando em 30 alunos as turmas de educação infantil e primeiro ano de ensino fundamental. E, quando chegarem a esse número máximo de estudantes, as turmas deverão contar com dois professores regentes do processo de ensino e aprendizagem.

Pelo PLS 277/07, do senador Flávio Arns (sem partido-PR), somente quando as turmas de alunos entre cinco e seis anos tiverem, no máximo, 18 alunos,

será permitida a atuação de apenas um professor.

O relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), apresentou emenda para promover o caráter gradual da adoção da medida, começando com 30% da rede de ensino no primeiro ano depois da aprovação final da proposta, passando a 50% e 70% nos anos subsequentes, para atingir 100% da rede de ensino somente no quarto ano após a aprovação. A proposta já havia sido acolhida em caráter terminativo na Comissão de Educação (CE) e foi examinada na CAS por

decisão do Plenário.

Sob a presidência de Papaléo Paes (PSDB-AP), a CAS aprovou uma segunda proposta do senador Flávio Arns para incluir pessoas com deficiência entre os beneficiários de isenção de Imposto de Renda dos proventos de aposentadoria ou pensão.

Ao defender a aprovação do PLS 46/09, Flávio Arns disse que algumas deficiências exigem vultosos gastos com medicamentos, locomoção ou tratamentos médicos. A matéria segue para exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Neuto de Conto é eleito presidente da CDR

O senador Neuto de Conto (PMDB-SC) foi eleito ontem, por unanimidade, presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Ele substitui Leomar Quintanilha (PMDB-TO), que deixou a presidência da CDR ao se licenciar do cargo de senador para assumir a Secretaria Estadual de Educação e Cultura de Tocantins. O processo de votação foi conduzido por César Borges (PR-BA), vice-presidente da comissão.

Marcio Kallume



Neuto de Conto diz que comissão trabalha para reduzir desigualdades

Garantia-Safra para a Amazônia

Os agricultores familiares com cultivos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) poderão recorrer ao programa Garantia-Safra em caso de perda da safra devido a enchentes ou secas. Projeto (PLS 324/09) de Jefferson Praia (PDT-AM) que prevê a extensão do Garantia-Safra à área da Sudam foi aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Na mesma reunião, foi aprovada proposta (PLS 318/09) determinando que os recursos arrecadados nos estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima com a cobrança da Taxa de Serviços Administrativos (TSA) pela Suframa sejam aplicados no estado onde foi feita a arrecadação. O projeto, de Expedito Júnior (PR-RO), será ainda examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa.